

## **Células-tronco e a transcendência: a submissão do corpo vivo à Biotécnica**

### **Stem cells and transcendence: submission of the living body to Biotechnology**

**Luana Santos Cunha**  
Mestranda do PPGS da UFPB  
luanasantoscunha@hotmail.com

#### **Resumo**

A nova Lei de Biossegurança, aprovada em março de 2005 pelo Congresso Nacional brasileiro, diz respeito à regulamentação de produção e pesquisas de organismos transgênicos, assim como estabelece as regras para a manipulação de embriões congelados em pesquisas com células-tronco embrionárias humanas para fins terapêuticos proibindo taxativamente a clonagem humana. Sobre as células-tronco embrionárias este trabalho tenta analisar sua utilização em pesquisas visando a tratamentos terapêuticos, para perceber se é possível que a ciência esteja assumindo a “transcendência”, uma vez que instrumentaliza cada vez mais a vida humana e a transforma como um bem material. Afinal, se a ciência define quando acontece o início da vida é provável que tenha assumido ou esteja assumindo a transcendência antes atribuída a Deus, bem como definindo os rumos da nossa sociedade que caminha paulatinamente para a submissão do corpo vivo à Biotécnica.

Palavras-chave: Células-tronco; Embrião; Transcendência; Biotécnica

#### **Abstract**

The new Biosafety Law passed in March 2005 by the Brazilian National Congress regards with regulation of production and research of transgenic organisms, as well as rules for the handling of frozen embryos in researches involving human embryonic stem cells for therapeutic purposes. It categorically bans human cloning. On embryonic stem cells this work attempts to analyze its use in research aimed at therapeutic treatments, it is possible to realize that science is taking the "transcendence", as more and more exploits human life and transforms as a material after all, if science defines the beginning when it happens life is likely to have taken or are taking before transcendence attributed to God as well as defining the direction of our society who walks slowly to the submission of the Biotechnical living body.

Keywords: Stem cells; embryo; transcendence; Biotech.

#### **Introdução**

Na Idade Média, os homens agiam, pensavam e decidiam de acordo com o que “fosse da vontade de Deus”, tudo era explicado numa relação transcendental. O mundo era explicado do alto, os homens buscavam as explicações de seus sofrimentos, de seus êxitos, de suas vidas, em Deus. Sempre parecendo ser inerente ao homem querer superar as limitações do humano. É difícil conceituar o transcendente, pois existem vários significados e sentidos para

o termo, porém compreendemos que transcendente diz respeito “ao que está ou vai além do ser”.

Transcendente é tudo que ultrapassa ou aponta para fora do imanente. Em Platão, era a transcendência extrema; depois, na Idade Média, houve uma divisão entre Deus e o concreto, posteriormente com Kant veio o declínio da transcendência e com Nietzsche e os pós-modernistas veio a sua “extinção”, contudo, Habermas e Adorno não matam a transcendência, mas falam de um semi-transcendente. O importante aqui é salientar que no campo científico há um declínio do transcendente e nos questionar se no dia a dia das pessoas o transcendente permanece. Talvez o encontremos na ética, na moral e mais recentemente na Biologia (LUNA, 2007a).

Ernst Tugendhat (2002), em *Nietzsche e o Problema da Transcendência Imanente*, afirma que alguns filósofos tratam do metafísico no mesmo sentido de uma relação transcendental e, nesse mesmo sentido, podemos dizer que os seres humanos não se relacionariam apenas com o mundo espaço-temporal, mas com o que está além deste mundo, seria um sentido “psicológico-antropológico”.

“Transcender adquire assim um sentido dinâmico: refere-se às atividades dos homens que consiste em transcender”. (TUGENDHAT, 2002:47).

Com o advento do *individualismo* surgiram idéias, noções, modos de pensar que correspondem ao bem-estar do “Eu”. As respostas passaram a ser buscadas de forma racional, já não vinham verticalmente, mas horizontalmente. Passou a ser comum, pessoas afirmarem que não acreditam que fomos criados por Deus, muito menos que Ele exista e que possa haver uma relação transcendental entre homens e Deus. A sociedade, a cada instante, se auto-explicava e os homens deram a ciência o título de “detentora da verdade” por ter a verificação empírica como mecanismo de prova e deter o saber científico. Entretanto, o que é a verdade?

Para Foucault, a verdade é “*vontade de poder*” (FOUCAULT, 1979) é querer, é convencimento, é o que os homens aceitam como acordo, afinal, a modernidade matou a verdade, tornou-a normatizada, e, sendo assim, a ciência nada mais é senão um discurso normatizante, e, todo discurso científico se constitui a partir de regras a que se hão que obedecer.

É historicamente comprovado que o Iluminismo serviu de palco para uma revolução na concepção de que as explicações estavam além de nós, num plano transcendente, quando, na verdade, elas não deixavam de estar bem ao nosso redor quando não dentro de nossos corpos. A fé na ideia de que Deus criou o mundo ficou restrita àqueles que acreditam que Deus existe, os que discordam dessa hipótese apontam o “*Big Bang*” como o fenômeno que formou a Terra e têm a Teoria da Evolução para responder de onde descendemos. Segundo Tugendhat (2002), Nietzsche acredita que adotamos a ideia de que somos animais e com a “morte de Deus” a moral tradicional fica sem fundamento.

O homem tem a característica de querer ir além. Vontade essa que teria que ser entendida em relação a um sentido da vida. Todavia, esse sentido encontrado na relação transcendental anterior, deveria agora ser encontrado no interior do ser humano. Isso poderia ser entendido como “transcendência imanente”, ou seja, “(...) um ir além que precisamente não seria um ir a algo além do natural, mas um ir além do ser do homem” (TUGENDHAT, 2002:48).

A professora do Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil e da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Naara Luna, afirma em seu artigo intitulado *Natureza humana criada em laboratório: biologiação e genéticação do parentesco nas novas tecnologias*, que:

Constata-se na história a transformação de uma concepção de natureza humana oriunda da teologia cristã e da filosofia, integrante de um sistema moral (Pagels, 1989), para a noção de uma natureza humana intrínseca à dimensão biológica. Essa transformação teria origem na mudança de episteme ocorrida no Iluminismo, segundo a qual a Natureza deixa de ser o reflexo de valores maiores transcendentais e, laicizada, passa a ser a base física da realidade, objeto da ciência (Lenoble, 1990). A partir dessa nova concepção de Natureza se estabelece o ordenamento social (Laqueur, 1992). O conceito de natureza humana é englobado pela dimensão física ou biológica (LUNA, 2005:396).

Chamaremos, então, essa saída ou perda dos valores maiores transcendentais de “destranscendentalização dos conceitos tradicionais fundamentais”.

No mundo hodierno, a ciência detém poder sobre várias áreas e questões, entre as mais recentes estão o prolongamento da vida, a evolução genética, o melhoramento da qualidade de vida, e o principal: o fato de decidir o que é vida e o que não é. Se é ciência, a definição de vida é provisória, sempre sujeita à refutação. Mas definir a vida não é *significar* a vida do ponto de vista moral. A discussão sobre o início da vida é menos uma questão científica do que um problema moral, político e de direito.

Nesse sentido, parece que a transcendência atribuída por alguns grupos (principalmente os religiosos) à vida está passando ou já passou para a ciência, afinal se a ciência define quando acontece o início da vida é provável que tenha assumido ou esteja assumindo a transcendência antes atribuída a Deus (considerado como Dono da vida, o Alfa e o Ômega, o Único que permite o que vive e o que morre), no sentido de ir além do que faz parte da capacidade humana. Daí, não podemos afirmar de que se trate da mesma transcendência, mas de uma transcendência temporária que com as devidas comprovações científicas virá a tornar-se uma imanência. Dizemos transcendência no sentido de entendermos vida e morte como questões consideradas além do nosso humano, além do que podemos tocar, ver.

José Maurício Adeodato, no Prefácio de *Vida Humana e Esfera Pública* (LOPES, 2008), afirma que em se tratando de “grandes questões morais” não há no mundo contemporâneo uma “homogeneidade moral”, o que há é uma mudança para uma “questão de opção individual”.

A religião, em seu sentido metafísico, desaparece da esfera pública e as igrejas organizadas passam a defender postulados morais diante de outros grupos e de uma complexidade social que não mais aceita postulados religiosos. (LOPES, 2008:12)

Para Jürgen Habermas (2004), em *O Futuro da Natureza Humana*, uma autotransformação da espécie parece ser iminente, e termos como “brincar de Deus” ou “protagonistas da evolução” são as metáforas usadas para essa realidade. Concordamos com ele quando afirma que nossa autocompreensão ética enquanto seres da espécie é afetada de acordo com o modo como lidamos com a vida humana antes do nascimento, com a vida pré-pessoal e que a instrumentalização do corpo vivo pela ciência caracteriza uma superioridade da Biotécnica em relação à vida humana.

De certa forma, a ciência não se decide sobre onde começa a vida, ela apenas aponta um início de acordo com os seus interesses, pois se um embrião é tido como *paciente previamente tratado* no Diagnóstico Genético de Pré-Implantação (DGPI) – para assim justificar as intervenções genéticas, terapêuticas, eugênicas – é porque se trata de uma vida humana (paciente), e quando se trata de “consumo de embriões”, ele é visto apenas como um

amontoado de células. É o que argumenta Tania Salem (1997), ao defender que a condição do embrião depende de quem o observa:

Não causa surpresa, portanto, que um mesmo ente em certo estágio de desenvolvimento seja, dependendo do seu “observador”, designado ora de “Pessoa”, ora de “não-Pessoa”, ora de “pré-Pessoa” ou, ainda, de “potencial de Pessoa”. (SALEM, 1997:78)

Essa falta de consenso acaba prejudicando discursos de liberais em relação aos discursos dos conservadores e confundindo a sociedade no que diz respeito a uma tomada de decisão e até uma formação de opinião. Nesse aspecto, creio que a submissão do corpo vivo à Biotécnica fica a critério da “transcendência” que a ciência assume cada dia mais.

A mudança epistêmica ocorrida por ocasião do Iluminismo em que a natureza passa a ser considerada fundamento da realidade está na origem dessas concepções que tomam a biologia como a realidade. O antropólogo Tim Ingold, em artigo propondo-se a abrir diálogo entre antropologia e biologia, diz buscar a realidade da pessoa, não a sua representação (Ingold, 1990, p. 220, grifo no original). Ingold (1991) descreve como característica do discurso ocidental seu fundamento ontológico na separação entre um mundo interno de mente e sentido e um externo de matéria e substância. A criança é desde o início biologicamente um ser humano, mas precisa elevar-se da condição de organismo pelo processo de socialização, para tornar-se pessoa. (LUNA, 2005:411)

Naara Luna (2007a), citando Lévi Strauss, afirma que os últimos vestígios de transcendência existem nos conceitos biológicos, diferente do que se tinha imaginado acontecer depois do Iluminismo em que a crença na substituição dos conhecimentos e avanços científicos deveria solapar as questões religiosas. O que se nota é uma renovação ou renascimento dessas questões metafísicas ou religiosas transformadas ou inseridas num discurso biologizado da vida, arraigado de conceitos biológicos.

Houve uma conversão dos discursos religiosos e científicos quando se trata do uso de embriões para fins terapêuticos e pesquisas. Não um consenso em si, mas uma assimilação mútua dos discursos para garantir uma maior aceitação e veracidade das opiniões. Alguns cientistas incluíram em seus discursos pontos religiosos de auxílio ao próximo, de ser da vontade de Deus utilizar os meios possíveis para achar a cura. Enquanto isso, os religiosos afirmam se basear em confirmações científicas sobre onde se dá o início da vida e o porquê da negação do uso de embriões em pesquisas.

Nesse texto, trataremos os conceitos que serão usados, as definições, o problema que envolve o uso de embriões em pesquisas, algumas polêmicas geradas sobre o debate em torno do início da vida humana, alguns resultados obtidos até maio de 2010 e os benefícios esperados pela Ciência.

### **Que torna o uso de células-tronco embrionárias uma polêmica?**

Podemos dizer que a “Revolução Biotécnica” deu seus primeiros passos em 1973, quando os cientistas conseguiram separar e voltar a combinar os componentes elementares de um genoma. Depois desse marco, o mundo nunca mais pensou da mesma forma sobre os avanços tecnológicos da medicina e os seus possíveis progressos na técnica genética. Junto com essa recombinação artificial de genes foi dado um salto no desenvolvimento da técnica

genética, em particular na medicina reprodutiva com a inseminação artificial em 1978 (HABERMAS, 2004).

O fato de existirem técnicas de reprodução humana (reprodução assistida) que independem do ato sexual se tornou um divisor de águas entre categorias que divergem sobre os benefícios que essas técnicas trazem aos casais com dificuldades de gerar filhos “naturalmente” e os que são contra a “produção” de embriões que vivem num estado suspenso de animação em laboratórios para serem posteriormente implantados (fertilização “*in vitro*”). Entretanto, essa divergência foi aos poucos sendo amenizada e dando espaço para outras discussões mais acirradas e polêmicas como o aborto, a eutanásia e o uso de embriões em pesquisas. Foi relacionado com a medicina regenerativa que o destino dos embriões entrou no debate público (LUNA, 2007a).

Habermas possui um ponto de vista não muito favorável à rápida evolução dos meios tecnológicos da ciência genética. Não que ele seja contra, mas ele é cauteloso com relação às possíveis conseqüências de uma superioridade da ciência sobre a vida humana e deixa claro sua inquietação com a evolução das pesquisas genéticas.

O autor afirma que foi apenas com o encontro da técnica genética e da medicina reprodutiva que o método do diagnóstico genético de pré-implantação (DGPI) foi conduzido, e, do mesmo modo, foram criadas “perspectivas para a produção de órgãos e intervenções para modificação genética com fins terapêuticos.” (HABERMAS, 2004:23).

Sobre o uso das células-tronco embrionárias, ele possui uma opinião aparentemente negativa, pois afirma que a reprodução assistida conduziu a algumas práticas, entre elas “ao uso perversamente protelado de óvulos congelados”.

Habermas afirma que o uso das células-tronco embrionárias para as áreas de pesquisa, indústria farmacêutica e política, desperta expectativas de superar em um curto espaço de tempo a escassez de cirurgias de transplante e num espaço de tempo bem mais prolongado, evitar doenças graves, condicionadas, monogeneticamente, através de uma intervenção de correção no genoma. Seria o início da busca por uma geração geneticamente perfeita?

Ao falar do “consumo” de embriões, ele nos diz que é “para suprir a vaga esperança de um dia poder-se produzir e enxertar tecidos transplantáveis, sem ter de enfrentar o problema de transpor as barreiras da rejeição a células estranhas.” (HABERMAS, 2004:29). Entretanto, mostra que ocorre uma mudança na percepção cultural da vida humana pré-natal e depois uma perda da sensibilidade moral para os limites dos cálculos do custo-benefício, na medida em que a produção e a utilização de embriões para fins de pesquisas na área médica se disseminam e se normalizam.

Sendo assim, para Habermas, tanto o DGPI quanto a pesquisa com células-tronco “partem da perspectiva da autoinstrumentalização e da auto-otimização, que o homem está a ponto de acionar com os fundamentos biológicos de sua existência, dentro do mesmo contexto.” (HABERMAS, 2004:29)

Então, o frankfurtiano traz para essa discussão o fato de a medicina já estar trabalhando em clones reprodutores de organismos humanos, fazendo com que logo haja a possibilidade da espécie humana controlar por si só sua evolução biológica e aponta para o fato de que, mesmo existindo a proibição ampla da clonagem humana, a aprovação da clonagem terapêutica deixa um espaço para que esse tipo de pesquisa possa se expandir.

Atualmente, é comum ouvirmos ou lermos em jornais que a “polêmica do uso das Células-Tronco Embrionárias” está sendo alvo de intensos debates; que há protestos de pessoas que são a favor ou contra a manipulação de embriões em pesquisas; que a Igreja vetou a aprovação do uso de Células-Tronco Embrionárias para fins terapêuticos; ou que a Ciência aguarda a liberalização do seu uso. Ressaltando que as pesquisas com células-tronco

estão em fase experimental tanto as do tipo adultas quanto as do tipo embrionárias, mesmo que com comprovações de benefícios em pacientes com problemas cardíacos que utilizaram células-tronco adultas em seus tratamentos e obtiveram êxito.

Entretanto, o que torna esse assunto polêmico? Por que não existe um consenso entre as categorias sociais que divergem sobre o assunto? O que torna essa discussão uma discussão ética e nos leva a refletir sobre a moral? E a sociedade em si, o que pensa sobre o assunto?

Essas são questões também presentes nas discussões sobre o aborto e a eutanásia visto que todas tocam num ponto em comum: a noção de vida, o caráter sagrado que damos a ela e a noção de pessoa. Antes de entrarmos de cabeça no assunto ressalte-se que este trabalho, ao abordar diversos pontos de vista, não constitui indicações do caminho certo a ser seguido ou sugere formar uma opinião sobre o debate, muito menos é um texto de explicações sobre o uso de células-tronco em pesquisas, apenas é uma tentativa de mostrar o que torna essa discussão polêmica e o que dizem os lados interessados nessa questão.

Caminhemos, então, paulatinamente.

### **Reprodução assistida e células-tronco**

Jürgen Habermas (2004) afirma que foi através desse método de reprodução que as Células-Tronco ficaram acessíveis a pesquisas e manipulações. De antemão, definiremos o que são técnicas de reprodução assistida.

Dentro da medicina de reprodução humana, existem as técnicas de reprodução assistida, que seriam técnicas para substituir a concepção decorrente do ato sexual. Uma técnica utilizada pela medicina da reprodução humana é a fertilização “*in vitro*” (FIV) que consiste justamente em produzir embriões em laboratórios.

Naara Luna descreve a reprodução assistida e as novas tecnologias reprodutivas como sendo:

[...] procedimentos da medicina de reprodução humana que substituem o ato sexual na concepção. As mais conhecidas são a inseminação artificial e a fertilização *in vitro* (bebê de proveta). Tais técnicas supõem a manipulação de pelo menos um gameta fora do corpo. Na inseminação artificial, em contexto medicalizado, faz-se estimulação ovariana leve, depois sêmen tratado é introduzido através do colo do útero no período fértil. Na fertilização *in vitro*, ou FIV, após um período de estimulação dos ovários com altas doses de medicamentos hormonais, coletam-se óvulos que, por sua vez, são unidos em laboratório com sêmen tratado. O embrião é transferido para o útero ou congelado. (LUNA, 2005:396)

Para se ter uma boa “margem de segurança” com relação à eficácia desses métodos, principalmente a FIV, são transplantados para o útero cerca de quatro embriões, porém um fato desse procedimento diz respeito ao número exacerbado de embriões que são criados em laboratórios a fim de obter maiores chances de se conseguir êxito na gravidez (ou seja, o embrião se implantar e a gravidez ser confirmada). Esses embriões que são criados ultrapassam essa margem na intenção de se recorrer a eles caso nenhum embrião transferido para o útero se implante. O que acontece na maioria dos casos é que ocorrido a gravidez com total eficácia, há nessas clínicas um abandono dos embriões congelados por seus genitores, ocasionando posteriormente o seu “descarte”. Daí, advém a noção de utilizá-los em pesquisas, e mais recentemente no tratamento terapêutico através do tratamento com Células-Tronco Embrionárias.

Definiremos então o que são Células-Tronco (CTs). “*Células-tronco são as células com capacidade de autorreplicação, isto é, com capacidade de gerar uma cópia idêntica a si mesma e com potencial de diferenciar-se em vários tecidos.*” (ZATZ, 2010). Elas podem ser classificadas como: a) **Totipotentes**: Células que têm a capacidade de se diferenciar em todos os tecidos formadores do corpo humano, sendo localizadas nos embriões nos primeiros estágios de divisão, cerca de 3 a 4 dias pós-fecundação; b) **Pluripotentes ou multipotentes**: Células que estão na fase denominada de blastocisto, ou seja, com 5 dias de fecundação. Podem se diferenciar em quase todos os tecidos do corpo humano (as exceções são os anexos embrionários e a placenta); c) **Oligotentes**: Células que podem se diferenciar em poucos tecidos; e d) **Unipotentes**: Células que se diferenciam em um único tecido.

Podemos ainda dividir as CTs em dois tipos: As *células-tronco adultas* e as *células-tronco embrionárias*. As células pertencentes ao primeiro tipo (adultas) possuem um grau de limitação de diferenciação maior que as segundas (embrionárias), ou seja, se diferenciam menos, e são extraídas de vários tecidos do corpo humano (sangue, placenta, medula óssea, cordão umbilical, etc), podendo ser encontradas nos tecidos adultos como epitélio, sistema nervoso e medula óssea. Já as pertencentes ao segundo tipo (embrionárias) possuem um elevado grau de diferenciação e são encontradas apenas em embriões. Sua extração ocorre de embriões humanos congelados (com a aprovação da Lei nº 11.105/05 - Lei de Biossegurança -, ficam restritas pesquisas com embriões congelados há mais de 3 anos contados da aprovação da lei, se encontrando no máximo até 14 dias depois da fecundação e sob consentimento dos genitores) e dos embriões considerados “inviáveis para a implantação no útero” podendo ser produzidos através da clonagem terapêutica (para fins terapêuticos) e encontrados nas clínicas de reprodução assistida.

É sabida a enorme capacidade das células-tronco embrionárias em se diferenciarem e se tornarem o tipo de tecido que o paciente necessita e para isso sua extração do embrião faz-se necessária. Existem formas que estão sendo estudadas de extrair a célula-tronco e manter vivo o embrião, assim como a técnica da clonagem terapêutica que produz uma célula-tronco “clonada” do próprio paciente numa tentativa de amenizar futuras rejeições do corpo à célula-tronco e as polêmicas. Todavia, essa técnica da clonagem terapêutica leva a uma outra discussão: A clonagem terapêutica não é uma porta para a clonagem humana, visto que – de forma especulativa - clonar um embrião e implantá-lo em útero não será uma forma de criar um ser idêntico ao seu genitor?

O respeito à vida é algo vigente em todas as culturas e essas novas técnicas podem levar a uma perda desse bem tão precioso, assim como a uma instrumentalização do corpo vivo à Biotécnica numa mão única sem volta. Deixando claro que extrair uma célula-tronco de um embrião significa destruí-lo e isso vem sendo o problema da questão e o ponto da polêmica.

### **O problema que envolve o uso de embriões em pesquisas**

Como já vimos anteriormente, extrair a célula-tronco do embrião humano implica a sua destruição e esse fato já gerou, ainda gera e gerará muitas discussões e controvérsias. Nas pesquisas com células-tronco, o embrião encontra-se congelado por tempo indeterminado e por existir um número excedente de embriões nas clínicas de fertilização criou-se a “necessidade” de descartá-los, visando a uma redução de embriões sem uso nem pretensão de implantação em útero. Porém, com as descobertas feitas pela ciência de que esse mesmo embrião que há tanto é descartado é um “material genético” de extrema potência para tratamentos de doenças genéticas, musculares e até as incuráveis como Mal de Parkinson,

Alzheimer e diabetes, veio uma solução para os descartes: a manipulação desses embriões em pesquisas.

Mas o que há de tão polêmico em destruir um embrião? Analisemos primeiro o que é um embrião. Um embrião, grosso modo, é um ovócito fecundado, ou seja, um óvulo que foi fecundado por um espermatozóide e dessa junção ocorrerá um desenvolvimento que o tornará em um feto. Biologicamente, um embrião é um conjunto de células em desenvolvimento constante. Se não houver nenhuma interrupção nesse processo podemos assegurar que nascerá uma criança, que se tornará um adulto e, assim, por diante.

Se considerarmos que destruindo o embrião nenhum desses estágios acontecerá, podemos entender que estamos interrompendo um processo contínuo da vida de um ser humano. Essa é a concepção da categoria social que chamaremos – assim como Peter Singer (2002) em *Ética Prática* – “conservadores”.

Os conservadores alegam que na fecundação inicia-se a vida humana, independente de ser um estágio onde o embrião sente dor, ou tem seu sistema nervoso central formado, ou a espinha dorsal toma forma. Fecundou, para eles, é vida. E destruir a vida é um erro gravíssimo, é atentar contra o direito do outro, é assassinato. Essa categoria é a favor do uso de Células-Tronco (CTs) adultas nos tratamentos terapêuticos, mas reprovam qualquer tipo de manipulação com embriões. Geralmente, assimilamos os conservadores aos religiosos e não creio que a assimilação seja de todo um equívoco.

Alguns conservadores admitem que o embrião é um ser humano em potencial e não um ser humano em si com todos os atributos de que este dispõe (autoconsciência, autocompreensão de si, autonomia, noção de pertencimento no tempo e no espaço, etc), mas apóiam a idéia de que um dia assim serão e, para isto, precisam de proteção. Outros atribuem ao embrião o *status* de pessoa e isso é um ponto crucial nos debates e discussões que analisaremos e nos debruçaremos mais adiante.

Ao contrário dos conservadores, existe a categoria que denominaremos – como o fez Singer – de “liberais”. Estes acreditam que, em primeiro lugar, o embrião é uma vida do mesmo modo que uma célula é uma vida, um óvulo é uma vida, um espermatozóide é uma vida. Para alguns deles, o embrião até pode ser considerado um ser humano em potencial, mas, apesar dessa possibilidade, é um potencial que não seria transferido ao útero e, sendo assim, não há nada de errado em manipulá-lo em pesquisas. Há entre os membros dessa categoria algumas discórdias com o momento inicial da vida (14 dias, 6 semanas, 15 semanas), mas a grande maioria adere à idéia de que, nas três primeiras semanas, o embrião é um conjunto de células, um amorfó de células e até a quinta semana não passa de um blastocisto, logo, não é errado destruir uma célula que não é um ser humano quanto mais considerá-lo como uma pessoa.

Como um adendo a temática proposta neste trabalho, salienta-se ser oportuno fazer uma alusão sobre o aborto. O aborto é um tema bastante polêmico há muito tempo e por mais que hajam debates sobre o assunto quem é contra quase nunca muda de opinião e vice-versa. Nesse assunto, também existem os liberais e os conservadores e na mesma lógica descrita acima se posicionam sobre o embrião, com exceção do fato de que no aborto o embrião é intrauterino e no uso de células-tronco embrionárias são embriões extrauterinos (produzidos em placas de cultura e mantidos congelados).

No caso do aborto, o embrião se encontra no útero e possui grande probabilidade de se manter numa gestação ininterrupta. Quando uma mulher resolve abortar, ela decide pela morte do embrião ou feto que continuaria se desenvolvendo caso ela permitisse. O debate em torno o aborto possui alguns argumentos contra e a favor e, grosso modo, os mais conhecidos são: No primeiro discurso (o contra), alega-se que o embrião ou feto seja uma vida e



independa da mulher, usando-a apenas para se “hospedar” por um tempo; no segundo (favorável), a mulher é dona do seu corpo e pode decidir fazer com ele o que quiser, inclusive interromper uma gestação.

Esses argumentos não se aplicam ao uso de embriões em laboratórios que permanecem em placas de cultura sem a intenção de serem introduzidos em útero. Porém, a discussão continua a mesma no que toca à noção de vida, mas precisamente do início da vida. Independente de estar ou não congelado, o embrião é considerado por muitos, como vida humana, pré-humana, potencial de vida ou potencial de pessoa, e, discordando dessas opiniões estão os que afirmam que o embrião não é vida humana por não ter chegado ao estágio de assim ser considerado e isso é o que podemos chamar de questão ética.

Para Lygia da Veiga Pereira (2008), nas células-tronco embrionárias, o embrião é muito mais jovem que nos abortos e está numa proveta que não será implantado no útero. Seguindo esse raciocínio, afirma que, em 1978, ao aceitarmos a reprodução assistida, aceitamos a destruição desses embriões que não sendo utilizados são congelados ou descartados e convivemos com facilidade com esse fato. Por que para ter filhos isso é aceitável e para tratar um enfarte ou a doença de Parkinson não é?

Outro ponto presente no problema da utilização de embriões em pesquisas é a questão da criação de embriões exclusivamente para esse fim. Dar uma finalidade aos embriões excedentes para muitos parece uma opção justa, mas quando o assunto toca no ponto da criação de embriões sem a intenção de serem implantados no útero o debate esquenta ainda mais.

Produzir embriões em laboratórios para usá-los em pesquisas remete à ideia de “produção em escala” e isso assusta muitas pessoas. Uma produção em escala leva a uma possível comercialização de embriões e isso não é impossível de acontecer observado à incrível demanda de “futuros clientes”. Não podemos esquecer os fins lucrativos que muitas clínicas de fertilização iriam ter ao produzir embriões em escala e revendê-los para pesquisas, assim como muitas indústrias farmacêuticas passariam a investir nessas pesquisas com a única finalidade lucrativa de “vender produtos à base de células embrionárias”, ludibriando inescrupulosamente pessoas desesperadas para achar soluções para seus problemas.

Cabe a todos assegurar que isso não venha a acontecer. Todas as categorias sociais – cientistas, religiosos, leigos – devem buscar um comprometimento e formulações de leis sólidas que regulamentem a ética nessas pesquisas e avalie a real finalidade de cada ente envolvido nesses avanços tecnológicos.

Essas são algumas questões que ilustram o vasto quadro dos problemas éticos envolvidos na utilização desses embriões em pesquisas. Mas o que é a ética? Vejamos a seguir algumas noções do filósofo Peter Singer apresentadas em seu livro *Ética Prática*.

### **Células–tronco embrionárias: uma breve pincelada sobre a questão ética**

Como vimos no desenrolar de nosso estudo, o uso de embriões em pesquisas é considerado um problema ético, isso porque envolve questões de escolhas éticas que deveremos tomar ou ao menos refletir. Muitas vezes, deparamo-nos com situações ou circunstâncias em que nos perguntamos se isso é correto, se aquilo é moralmente certo, entretanto, na maioria das vezes, tomamos nossas decisões sem o mínimo possível de reflexão porque aquela prática para o nosso juízo é moralmente aceitável, inquestionável e eticamente correto. É muito diferente estarmos numa situação em que nos deparamos com a possibilidade de salvar alguém e em outra na qual nos encontramos com a possibilidade de matar alguém.

Se encontrarmos uma pessoa na rua presa debaixo dos escombros depois de um terremoto pedindo socorro, certamente, iremos ajudá-la a sair dali e se não conseguirmos sozinhos, pediremos ajuda porque na nossa consciência é certo salvar alguém em perigo – salvo se fôssemos nazistas e a pessoa em questão um judeu, por exemplo, pois podemos dizer que a natureza humana depende do contexto histórico-social. Entretanto, se estivermos andando na mesma rua e em vez de nos depararmos com uma pessoa pedindo ajuda para salvá-la, encontrarmos uma pessoa com uma arma na mão pedindo ajuda para morrer, pedindo que nós lhe tiremos a vida, várias indagações passarão pelos nossos pensamentos e, certamente, a primeira seria: Por que ela quer morrer? Depois de indagar os motivos da pessoa e até de receber respostas convincentes, dificilmente aceitaríamos “ajudá-la”, pois para nós é errado matar um ser humano, está no nosso *ethos*, no nosso modo de ser, nos nossos costumes e nas nossas leis. Aqueles que vão na contramão desse pensamento, ou seja, os que matam seres humanos, são vistos e julgados por nós muitas vezes como monstros, bichos e até dizemos em momentos de raiva que não são seres humanos.

No momento em que nos deparamos com a necessidade de delimitar o instante em que uma célula “merece” ser considerada vida humana, estamos diante de uma discussão ética sobre o respeito à vida.

Sabemos que existe a ética e a moral e até falamos delas muitas vezes, mas será que sabemos realmente o que são e quando devemos fazer uso delas? O filósofo Peter Singer escreveu um livro para tentar abordar algumas questões consideradas como problema ético relevante e discutir a aplicabilidade da ética ou da moralidade nas questões práticas como aborto, eutanásia, abate de animais, desigualdade social, meio ambiente e outros assuntos pertinentes a uma ética prática. Veremos, então, como ele define a ética.

Para Singer:

[...] a ética não pode ser definida como uma série de proibições ligadas ao sexo (...) a ética é um sistema ideal de grande nobreza na teoria, mas inaproveitável na prática (...) pois a questão fundamental dos juízos éticos é orientar a prática (SINGER, 2002:10).

A ética também não pode ser definida “como algo inteligível somente no contexto da religião”.

Singer (2002) mostra o utilitarismo com sendo a mais conhecida das teorias consequencialistas e afirma que uma ação correta para um utilitarista clássico é aquela que produza um aumento, seja maior ou igual, da felicidade de todos que por ela são atingidos, se não conseguir assim fazê-lo, torna-se errada. Vale ressaltar que essa ação deve ser comparada com uma ação alternativa para assim ser considerada correta e que as circunstâncias em que a ação é praticada influenciam as suas conseqüências.

Quem quer que já se tenha debruçado sobre uma questão ética difícil sabe muito bem que o fato de nos dizerem o que é que a sociedade acha que devemos fazer não ajuda ninguém a se resolver por essa ou aquela solução. Precisamos tomar nossa própria decisão. As crenças e os costumes dentro dos quais fomos criados podem exercer grande influência sobre nós, mas, ao refletirmos sobre ele, podemos resolver agir de acordo com o que nos sugerem, mas também podemos fazer-lhes uma franca oposição. (SINGER, 2002:14)

Singer mostra como uma pergunta pode ser complexa para ser respondida em debates polêmicos. Por exemplo, podemos responder que o feto é ou não um ser humano através de uma resposta biológica (pertence à espécie *Homo Sapiens*), mas também podemos responder

através de uma resposta filosófica (é um ser autoconsciente). Dependendo do tipo do sentido escolhido, o feto pode ser considerado ou não um ser humano.

Para esse autor, as pessoas sempre dizem que a vida é sagrada, mas isso seria apenas força de expressão, pois as pessoas não aparentam indicar a sacralidade da vida em si, mas da vida humana. Ele fala da “doutrina da santidade da vida humana” e deixa claro que não usa o termo “santidade” num sentido especificamente religioso, e sim, dentro de um contexto de uma ética secular que até hoje nos influencia.

[...] Podemos dizer que a doutrina da santidade da vida humana não é mais que uma forma de afirmar que a vida humana tem algum valor muito especial, um valor totalmente distinto do valor das vidas de outros seres vivos. (SINGER, 2002:94)

Alguns acreditam que a utilização dos embriões em pesquisas com fins terapêuticos seria “dar a eles um fim mais digno”, uma saída do descarte em “massa” dos embriões excedentes e abandonados. Seria mais ético utilizá-los para o tratamento de pessoas com doenças incuráveis do que jogá-los numa pia de uma clínica de fertilização.

Mas como quebrar esse impasse? Como definir então onde a vida começa?

### **Divergências sobre o início da vida humana**

Para se ter a legitimação ou a negação do uso de embriões em pesquisas terapêuticas faz-se necessário definir o início da vida humana e para isso:

[...] há várias definições temporais do surgimento do embrião com critérios morfológicos e funcionais: “existe embrião desde a fecundação”, “só é embrião depois do surgimento do sistema nervoso”, “é quando se forma a cabeça e o tronco”. (LUNA, 2007b:594)

Na categoria *ciência*, o início da vida humana é caracterizado por fatores biológicos como formação do sistema nervoso, tubo neural ou da espinha dorsal e a maioria dos cientistas aprovam o limite de 14 dias como sendo o período aceitável para a manutenção da célula embrionária, visto que até esse ponto não há o surgimento do sistema nervoso – linha divisória entre uma célula viva e um embrião humano – e que o embrião anterior a esse estágio, chamado por muitos de blastocisto ou “pré-embrião” não é capaz de sentir dor.

A dor e o prazer são sentimentos imprescindíveis ao ser vivo que tenta maximizar seu prazer e diminuir ou eliminar sua dor. Na ética, seria aceitável uma ação que resulte no aumento do prazer e inaceitável uma prática que cause dor e sofrimento, por isso é importante essa “garantia” da falta de dor na manipulação de embriões.

Esse limiar de 14 dias é comumente aceito com a justificativa de ser o fim da implantação no útero e ter o sistema nervoso como linha primitiva, ou seja, o marco do início da vida, isso porque o fim da atividade cerebral pode ser parâmetro para se considerar morto um indivíduo.

Segre (2004) afirma que uma redefinição do momento de morte passou a ser exigida depois dos avanços com os transplantes de órgãos que tinham por doadores pessoas “mortas”. Essa redefinição foi vista, analisada e argumentada por muitos profissionais da reprodução humana como utilitária para redefinir o início da vida e tornar viável a legitimação das pesquisas com embriões considerando que, exceto nos países onde o aborto é liberalizado, a caracterização da vida no instante da fecundação passa a ser um empecilho nos avanços científicos.

A sempre renovada discussão referente ao momento no qual o embrião humano passa a “merecer” respeito à sua vida e integridade, apenas comprova a aleatoriedade e o caráter pragmático da caracterização do início da vida. Esta observação encontra esteio, por semelhança, na recente mudança do conceito de morte, quando a morte encefálica, por motivação essencialmente utilitária, foi identificada com morte. (SEGRE, 2004:54)

Existem as vertentes que se baseiam nos conceitos biológicos para assegurar que o ponto inicial da vida humana consiste no ato da concepção. O fato de ser inegável que a vida humana é gradual, leva-nos a perceber que um estágio depende do outro e que o estágio primário é a fecundação do óvulo pelo espermatozóide.

Entretanto, o próprio avanço da ciência nas últimas décadas, principalmente no referente ao campo da genética e da medicina reprodutiva, tem apontado, indiscutivelmente, para uma visão cada vez mais genética e personalista da vida humana. Ou seja, nunca como antes, temos tantas razões para afirmar – razões estas fornecidas pela própria ciência – que a vida humana tem origem no momento da fecundação, da união do espermatozóide com o óvulo. Insistir em negar tal evidência hoje representa negar o próprio avanço da ciência e desprezar o natural processo de revisão filosófica que deve acompanhar o desenvolvimento da pesquisa e da ética científica. (GALLIAN, 2005:257)

Cientistas tentam provar que as células-tronco embrionárias são apenas um “aglomerado de células” que podem ou não gerar um ser humano. Muitas vezes, o embrião implantado não consegue se fixar no útero e naturalmente é expelido. Não há como assegurar que todo embrião virá a tornar-se uma pessoa e a fase dos embriões congelados está nesse momento em que o que existem são possibilidades, probabilidades e “potência de chegar a ser” um ser humano.

Já a categoria *religião* procura defender a vida desde seus primórdios, em outras palavras, desde o instante da junção dos gametas. Fecundou é vida. A argumentação por muito tempo foi feita baseada num contexto teológico onde a afirmativa de que a vida é um dom de Deus e, sendo assim, cabe a Ele decidir o seu início e o seu fim. Contudo, passou a perder espaço para a introdução de argumentos biologizantes. A religião está se utilizando de pressupostos científicos para comprovar o início da vida na fecundação o que leva a discussão ao campo da Biologia tanto pelos conservadores quanto pelos liberais.

As religiões estão instrumentalizando a ciência para conferir legitimidade aos seus dogmas. Como mencionado anteriormente, discutir o sentido da vida ou seu início – discutir “origem” implica metafísica – não é uma discussão científica e sim moral, jurídica e até política.

Fica indefinido um momento considerado por unanimidade como sendo o início da vida humana, mas com a aprovação da Lei de Biossegurança para a liberalização das pesquisas com embriões, permanece aceitável o limite de 14 dias para a sua manipulação, e os segmentos conservadores continuam abrindo fogo para o fim desse tipo de pesquisa e outro destino aos embriões excedentes das clínicas de reprodução humana – doação dos embriões, redução do número de embriões fertilizados.

Entretanto, vale ressaltar que o que está sendo exposto são os interesses dos *lobbies* envolvidos na questão, sejam os liberais interessados em comprovar que a vida só ocorre depois da formação do sistema nervoso e, assim, garantir o direito de pesquisar livremente, sejam os conservadores brigando para a total aceitação da determinação do início da vida no

primeiro dia de fecundação e garantir o respeito e o direito a mesma no seu primeiro estágio independente de formações morfológicas.

É demasiadamente importante definir um conceito de início da vida para encontrar uma forma de legalizar as pesquisas com embriões ou o fim de sua utilização, e, se este último for o vitorioso, torna-se interessante buscar um meio de controlar a produção dos embriões nas clínicas de fertilização para que não fiquem na condição de embriões excedentes.

O valor da vida humana ganha sentido diferente nesse debate das células embrionárias, afinal muitas das decisões tomadas são baseadas num balanço do “valor maior da vida de alguém em relação à vida pré-pessoal”. A valorização transcendente da vida independente de estágios perde força em meio à naturalização do homem. A vida torna-se destranscendentalizada, tendo seu início e fim dependentes exclusivamente de fatores biológicos que apontam para a formação do sistema nervoso e a morte cerebral.

### **O embrião: indivíduo? Pessoa?**

No debate acerca do uso de embriões em pesquisas, fica evidente o contraste entre opiniões que atribuem ou negam a esse novo ente (o embrião extracorporal) a condição de pessoa ou o considera um material genético. A diferença de respostas sobre o marco inicial que possibilita ao embrião importar em termos morais não é nada mais que uma decorrência da falta de consenso com respeito aos critérios que instauram a condição de Pessoa (SALEM, 1997). Não obstante, é com maior facilidade que verificamos atribuída a ele a condição de indivíduo.

La Fontaine (1985), recuperando o debate antropológico sobre o tema, faz a seguinte distinção: o ser humano como organismo biológico é um “indivíduo”, o indivíduo empírico (cf. Dumont 1997); o self seria a consciência de si como identidade; e “Pessoa” constitui um complexo de relações sociais, termo técnico que abstrai características e papéis nas relações sociais da realidade empírica. O conceito de pessoa relaciona-se ao problema da relação entre indivíduo (empírico) e sociedade, comum a todas as sociedades (LA FONTAINE, 1985:125 *apud* LUNA, 2007a: 414)

Ao embrião fica restrita a condição de indivíduo quando ele assim chega a esse estágio – separação de embrião e pré-embrião – ou quando consegue viver independente da mãe na incubadora por volta dos seis meses de vida. Como seria isso de alcançar o estágio?

Antes do limiar dos 14 dias depois da fertilização, o embrião não possui característica de individuação, pois naturalmente pode se dividir e gerar dois ou mais embriões geneticamente idênticos, os gêmeos. Como até esse período o embrião não é um ser único, indivisível, não pode ser considerado um ser humano, logo, um indivíduo e se assim é também não pode ser considerado uma pessoa que necessita mais do que a afirmação de uma individualização.

Aparentemente facilita categorizar o embrião como um indivíduo por ser conveniente atribuir a ele características pertencentes às sociedades modernas do sujeito empírico/ agente empírico: indivisibilidade; e do ser moral: independência, autonomia, não inserção no meio social (DUMONT, 1985). Mas e quanto à atribuição de pessoa? Uma definição de pessoa e de seus direitos é um ponto central em todo debate que cerca o estatuto do embrião humano (LUNA, 2007a).

Mauss (1974) busca através de uma trajetória histórico-social chegar à noção de pessoa das sociedades modernas e observa ser um fenômeno universal a noção de personalidade consciente, o *self*. Nessa trajetória histórica, o autor descreve o percurso que a noção de pessoa, a noção do “Eu” enfrentou. Mostra como várias sociedades chegaram à

concepção de personagem utilizando máscaras, realizando papéis em dramas sagrados, desempenhando papéis na vida familiar, atribuindo o “lugar” da pessoa: “[...] chegou à noção de personagem, de papel cumprido pelo indivíduo em dramas sagrados, assim como ele desempenha um papel na vida familiar.” (MAUSS, 1974:381).

Depois segue a noção de *persona*, surgido no início da civilização latina oriunda das máscaras dos rituais. Passando posteriormente com os romanos a constituir, como entidade completa que depende unicamente de Deus, um fato fundamental do Direito: “[...] a ‘pessoa’ é mais do que um elemento de organização, mais do que um nome ou o direito a um personagem e a uma máscara ritual, ela é um fato fundamental do direito” (MAUSS, 1974: 385).

Em seguida, vem a filosofia estoica acrescentando ao sentido jurídico de pessoa uma consciência moral: “[...] acrescenta-se cada vez mais um sentido moral ao sentido jurídico, um sentido de ser consciente, independente, autônomo, livre, responsável”. (MAUSS, 1974: 390).

Entretanto, falta à noção de pessoa uma base metafísica que Mauss busca no cristianismo. Sendo assim, noção de pessoa, segundo ele, é criada a partir da noção do *uno* presente nas pessoas da Trindade que revela a idéia de pessoa como: “[...] uma substância racional, indivisível, individual.” (MAUSS, 1974:393).

Questões da consciência individual, de liberdade individual, de poder comunicar-se diretamente com Deus e de poder ter um Deus interior foram colocadas como os movimentos sectários da Reforma Protestante. E é só no final do século XVII que a noção de pessoa torna-se a categoria do Eu.

Depois Mauss afirma que Fichte faz da noção de pessoa condição da consciência e da ciência, da razão pura:

[...] Foi Fichte que fez dela, também, a categoria do "Eu", condição da consciência e da ciência, da Razão Pura. Desde então, a revolução das mentalidades se completou, temos cada um nosso "Eu", eco das Declarações dos Direitos que haviam precedido Kant e Fichte. (MAUSS, 1974:396).

Há outras atribuições ao embrião como “Potencial de pessoa”, “Vida pré-pessoal”, “Pré-homem” ou “Pré-humano”, mas ao definir o embrião como ser pessoal chega-se à consideração dele como indivíduo.

“A pessoa é a categoria relacional, presa à totalidade social e complementar aos outros, enquanto o indivíduo é uma categoria de pessoa livre, sem mediação com o todo” (DA MATTA, 1997, *apud* LUNA, 2007a: 415)

Luna (2007a) baseada nas suas pesquisas e trabalhos afirma que os profissionais da reprodução humana utilizam-se mais de argumentos biologizantes para afirmar ou negar que o embrião é uma vida do que argumentos de ordem metafísica ou religiosa. Estes últimos argumentos foram recorridos para negar o estatuto de pessoa, em outros termos, esses profissionais se valeram dos argumentos de inexistência de alma e de direitos (cidadania) para afirmar que o que manipulam não passa de material genético.

Em muitos dos relatos obtidos por ela aparecem diversos momentos nos quais o embrião é atrelado a redes sociais ou de parentesco, momentos em que ele é referenciado em circunstâncias relacionais, encontrando-se nesse aspecto considerado como pessoa, e em outras circunstâncias nas quais ele aparece em representações de isolamento e autonomia sendo identificado com indivíduo.

Noções religiosas apontam para o desenvolvimento humano como sendo gradualista, linear e indicam que a vida humana é um *continuum* que precisa ser protegida para progredir.

Nesse caso, o raciocínio teológico constrói o embrião como pessoa potencial e individual e busca garantir seus direitos como tal lembrando a condição indefesa em que se encontra. Não obstante, é através de fatores biológicos e de determinismo genético que se baseia esse conceito. Na concepção, o embrião já teria predestinado geneticamente seu curso de vida (LUNA, 2007a).

Strathern (1992) analisa o embrião extracorporal no tocante a valores e a configurações do parentesco ocidental, revelando a ambigüidade de sua posição entre indivíduo isolado e participante da rede de parentesco. Salem (1997:77) examina o estatuto moral do embrião e conclui: na formulação do dilema referente à manipulação de embriões estão sendo discutidos a Pessoa, seu significado e atributos. (LUNA, 2007a:416)

Atualmente, mulheres grávidas postam fotos nos sites de relacionamento e blogs – na internet – da sua gestação desde as primeiras ultrassonografias intituladas com o nome que escolheram para o bebê. É possível ver imagens coloridas do feto com 15 semanas, 25 semanas. Essa novidade permite ampliar a rede de sociabilidade do feto que fica sendo conhecido pela rede de amigos da mãe que comentam nas fotos desejando que ele “seja muito feliz”, que “venha com saúde”, que estão “aguardando para conhecê-lo”. São dispostas noções sociais de que esse feto seja um ser humano, uma criança, uma pessoa. E quanto maior for a definição da imagem para mostrar a silhueta da mão, do pé, da cabeça, maior será a aceitação desse ente como pessoa.

Se um dos pontos-chave para considerar um embrião uma pessoa é introduzi-la no meio social, podemos dizer que essa mãe já assegurou que seu filho tenha o *status* de pessoa?

A resposta para essa questão segundo Habermas seria: não. Para ele não é o fato de existir “uma visualização dos traços inegavelmente humanos do feto na tela que faz da criança que se move no útero materno um destinatário, no sentido de uma *anticipatory socialization* [socialização por antecipação].” (HABERMAS, 2004:50)

Na verdade, é por meio da socialização que a individualização da história de vida acontece, ou seja, é no ato da admissão no contexto público – que é socialmente individualizante – de interação de um mundo da vida partilhado intersubjetivamente que transforma pelo nascimento o organismo numa pessoa.

“Apenas na esfera pública de uma comunidade lingüística é que o ser natural se transforma ao mesmo tempo em indivíduo e em pessoa dotada de razão.” (*Ibid.*, 49) Sendo assim, é no rompimento da simbiose entre mãe e criança que esta última entra no mundo de pessoas.

Contudo, Habermas afirma que se deve à vida pré-pessoal dignidade e respeito, tendo para com ela deveres jurídicos e morais. Mas se existe, por um lado, “a intuição de que não podemos simplesmente dispor da vida humana pré-pessoal como de um bem submetido à concorrência”, por outro, a proteção absoluta da vida não pode ser atribuída ao embrião, uma vez que apenas as pessoas enquanto portadores de direitos fundamentais desfrutam dessa proteção – sob as condições do pluralismo ideológico.

Peter Singer (2002) aparece em *Ética Prática* questionando a tese de que todos os seres humanos têm direito à vida, e elucida que somente são detentores desse direito aquele que possui autoconsciência, razão, senso moral, autonomia, capacidade de valorizar sua existência e interesse em se manter existindo, enfim qualidades mentais que outros seres vivos não possuem e que promove um ente humano à condição de Pessoa. Essas qualidades, segundo Singer, não existem em entes como fetos e embriões e, dessa forma, não pode ser considerado um erro privá-los de existência, tendo maior ênfase no embrião extra-corporal,

visto que este é incapaz de sentir prazer ou dor até a formação do sistema nervoso central. Sendo assim, a garantia da insensibilidade do embrião no período anterior ao marco do início da vida humana – 14 dias – aparece como um ponto crucial para designar que até esse ponto nada que se possa fazer com o embrião vai lhe causar um malefício – num sentido moralmente relevante.

### **A submissão do corpo vivo à Biotécnica**

Vivemos num mundo de desenvolvimento tecnológico constante e surpreendente. Cada vez mais as tecnologias surgem e trazem consigo a possibilidade de poder fazer mais com um esforço menor. Todavia, existe um paradoxo: junto com esse admirável avanço surge em nós o sentimento da ameaça do desconhecido, pois o desenvolvimento tecnológico que nos permite ter um robô presidindo um casamento – como saiu recentemente numa matéria jornalística – é o mesmo que produz armas altamente potentes de destruição em massa.

É notório que os cientistas e pesquisadores espalhados mundo afora estão incessantemente buscando formas mais eficientes para atingirmos nossos fins. Entretanto, os *nossos fins* constituem os fins de quem? Para quem interessa desmatar grandes partes de mata virgem para em seguida vender a madeira? A extração mais rápida do petróleo é boa para quem? Não que as tecnologias modernas sejam responsáveis por grande parte dos males que nos atormentam, mas o poder que delas emerge, exige muita responsabilidade de quem as utilizam.

A ciência tem expressado a sua expectativa de superar dentro de alguns anos a necessidade de procedimentos cirúrgicos de transplantes de órgãos e o empecilho das rejeições dos mesmos através dos tratamentos terapêuticos com células-tronco embrionárias que possibilitam a produção de órgãos e tecidos específicos.

Todavia, as pesquisas que envolvem embriões implicam debates sobre o início da vida humana, quais os limites de que dispomos da vida humana pré-pessoal para manipulação e os reais interesses dos órgãos empenhados na admissibilidade e nos avanços dessas técnicas terapêuticas.

A respeito das angústias, indagações, promessas e “verdades” sobre a utilização de embriões em pesquisas com fins terapêuticos, foram abordadas questões como a criação de embriões exclusivamente para pesquisa, a tecnização do ser humano e os rumos que aparentemente nossa sociedade moderna está se dirigindo: a submissão do corpo vivo à Biotécnica, esta entendida como um instrumento da Biotecnologia que através da manipulação ou fabricação, destina-se a orientar a vida. (MIRANDA, 2005: 18).

Para tanto, utilizaremos como pano de fundo *O Futuro da Natureza Humana* (2004), de Jürgen Habermas, e outros autores que trabalham com indagações sobre o futuro da humanidade, como Rose Marie Muraro (2009).

No contexto atual, fica difícil de acreditar que nossa sociedade possa retroceder a um período anterior a esses avanços biogenéticos da ciência e da Biotécnica. É possível que haja uma “lentidão” no processo devido às intensas reivindicações dos grupos que consideram o embrião digno dos direitos à proteção à vida “desde o seu início”, mas acreditar que essas manipulações vão ser impedidas de acontecer torna-se algo ilusório.

O que devemos incentivar e torcer para que aconteça é que dentro de uma moralidade e de uma ética compartilhada por todos os segmentos da sociedade as pesquisas com células-tronco embrionárias sejam realizadas com seriedade, sem interesses comerciais, nem lucrativos, estejam à disposição de todos que precisam e, mesmo com as tentações que



possam existir entre os cientistas, não sejam abertas brechas para a clonagem humana, pois uma vez ultrapassada essa porta a volta fica impossível.

Começemos então pelas angústias de Habermas (2004) sobre a manipulação de embriões.

Jürgen Habermas possui uma inquietação em relação à possibilidade da nossa “autocompreensão ética da espécie” ser afetada dependendo de como lidamos com a vida humana pré-pessoal. Ele analisa o Diagnóstico Genético de Pré-Implantação – DGPI – e as pesquisas com células-tronco embrionárias para ilustrar essa possibilidade.

Elucida a diferença entre o DGPI e a *Verbrauchende Embryonenforschung* (pesquisa que “consume” embriões), onde no DGPI a pesquisa com o embrião é feita visando a reimplantá-lo na mãe, enquanto a *Verbrauchende Embryonenforschung* seria a utilização de embriões para pesquisa pura, ou seja, os embriões seriam “consumidos” pela pesquisa para atingir outros objetivos científicos não voltados ao nascimento do ser humano.

Estariamos vivenciando um processo de “mudança na percepção cultural da vida humana pré-natal” durante o período de disseminação e normalização da utilização e produção de embriões para pesquisas de fins terapêuticos. Esse “consumo” de embriões teria como objetivo amenizar a rejeição de células estranhas no corpo humano após o transplante e alcançar “curas” para doenças, até então tidas como incuráveis. Contudo, essa mudança e esse “consumo” resultariam numa “perda da sensibilidade moral para os limites dos cálculos do custo-benefício” (HABERMAS, 2004: 29).

Habermas considera que os processos normativos de esclarecimento na esfera pública estão ameaçados por uma dinâmica oriunda do desenvolvimento biotécnico, que por sua vez, é resultado da união entre a pesquisa biogenética, a pressão dos governos nacionais e o interesse de aproveitamento dos investidores.

Para ele, os processos políticos de autocompreensão precisam de tempo, assim como ter o desenvolvimento global como objetivo. Não obstante, a falta de perspectiva se torna o maior perigo desses processos que não podem se agarrar ao estado atual da técnica e à necessidade de regulamentação.

É importante que a esfera pública abra discussões normativas para avaliar essas questões de cunho ético visando analisar e impor limites às “práticas que se tornaram habituais sem que nos déssemos conta” (HABERMAS, 2004: 27).

O descarte de embriões e a clonagem terapêutica se enquadram perfeitamente nessas práticas. Foram surgindo, sendo realizadas e passando despercebidas por grande parte da sociedade. Então Habermas traz para essa discussão o fato da medicina já está trabalhando em clones reprodutores de organismos humanos, fazendo com que logo haja a possibilidade da espécie humana controlar por si só sua evolução biológica. Os tratamentos com células-tronco embrionárias têm sido uma fonte de angústias para a sociedade que percebem nessa prática uma possibilidade para criação de seres humanos idênticos devido ao processo da clonagem terapêutica.

Mesmo existindo a proibição ampla da clonagem humana, a aprovação da clonagem terapêutica deixa um espaço para que esse tipo de pesquisa possa se expandir. Agora temos que lidar com as possibilidades de num futuro não tão distante existirem pesquisas que sejam direcionadas à criação de seres idênticos e seres geneticamente programados, otimizados e avaliados como “perfeitos”, isto é, seres geneticamente programados oriundos de uma eugenia negativa que utiliza o Diagnóstico de Pré-Implantação para “descartar” embriões “defeituosos” e aperfeiçoar características genéticas hereditárias.

O ato de juntar um espermatozóide a um óvulo fecundando-o nos é normal, mas criar um ser completamente idêntico a seu “genitor” nos parece amedrontador.

Existe um filme, “*A Ilha*”, que trata essa questão da clonagem humana. Entretanto, essa questão não está ligada apenas ao fato de serem criados clones idênticos, esses clones possuem um “papel”: estão sendo criados para “doar” órgãos e tecidos específicos às suas “versões originais”. O filme mostra que esses clones são fabricados sem o conhecimento das pessoas que estão sendo clonadas, na intenção de evitar rejeições durante o transplante de órgãos ou tecidos. Contudo, dois clones conseguem escapar do local onde estão e depois de uma série de circunstâncias se encontram “consigo mesmo”. Na verdade, a cópia encontra o original e na tentativa frustrada de pedir ajuda relata o que está sendo criado em laboratórios e se depara com a reação do indivíduo que lhe “concedeu os genes” que o denuncia para o laboratório em busca de salvar sua vida independente da morte do clone, que por sua vez, mata a sua “fonte de características genéticas” e assume seu lugar no mundo da vida.

Trata-se de um filme de ficção científica e parece uma situação demasiadamente exagerada. Mas devemos concordar com Habermas que quanto mais cedo avaliarmos “os limites mais dramáticos” não impossíveis de acontecer em algum momento futuro, poderemos ponderar e lidar de forma mais tranquila com os acontecimentos atuais e com antecedência reconhecer que nem sempre as razões imperativas podem ser utilizadas para derrubar as reações alarmistas. “Por essas razões entendo aquelas seculares, que devem contar com uma receptividade razoável numa sociedade ideologicamente pluralista”. (Habermas, 2004: 28).

Quando se considera que os *outsiders* da medicina já estão trabalhando em clones reprodutores de organismos humanos, impõe-se a perspectiva de que em pouco tempo a espécie humana talvez possa controlar ela mesma sua evolução biológica. “Protagonistas da evolução” ou até “brincar de Deus” são as metáforas para uma *autotransformação da espécie*, que parece iminente. (HABERMAS, 2004: 30)

Assim, tanto o tema das pesquisas com células-tronco embrionárias como o tema do DGPI são apresentados pelo frankfurtiano tendo como ponto de partida a “perspectiva da autoinstrumentalização e da auto-otimização”, que, segundo ele, está a um passo de ser acionado pelo homem por meio dos “fundamentos biológicos de sua existência” (HABERMAS, 2004:29).

Nesse possível controle da espécie humana sobre sua evolução e na perspectiva da autoinstrumentalização e da auto-otimização do ser humano nas próximas gerações “a combinação normativa e discreta entre a *intangibilidade* da pessoa, ordenada moralmente e garantida juridicamente, e a *indisponibilidade* do modo natural de sua representação corporal” (*Ibid.*,29) ganha destaque.

É sugerida então a necessidade de regulamentação da técnica genética caso venha a existir uma prática que trate como algo secundário a proteção da vida humana pré-pessoal em relação a “outros objetivos”, mesmo que seja em relação a novos métodos de curas, que se encaixaria no desenvolvimento de bens coletivos de importância elevada. Segundo esse autor, essa necessidade de regulamentação nasce com os novos desenvolvimentos técnicos.

Para ele, os limites entre a natureza que *somos* e a disposição orgânica que nos *damos* não existem mais e isso é um fenômeno inquietante. E os procedimentos da bioengenharia são percebidos muitas vezes como exemplo da probabilidade da realização de uma eugenia liberal.

É para o campo das intervenções biotécnicas que os avanços da genética molecular estão conduzindo aquilo que somos “por natureza”. Essa submissão do corpo vivo à biotécnica sob a perspectiva das ciências naturais segue continuando com a tendência de tornar disponível progressivamente o ambiente natural. Sob a ótica do mundo da vida “certamente nossa atitude muda tão logo a tecnologia ultrapassa o limite entre a natureza ‘externa’ e a ‘interna’”. (HABERMAS, 2004: 33)

Wolfgang van den Daele, segundo Habermas, afirma que, através do controle moral, deve voltar a ser normativamente indisponível aquilo que se tornou tecnicamente disponível por meio da ciência. Seria uma tentativa de uma “moralização da natureza humana”. Ele fala que sempre se discutiu se a medicina já não tinha alcançado o limite (desde as vacinas até a terapia genética) em que mesmo os fins terapêuticos não podiam mais justificar outras tecnizações do homem, porém mesmo com tantas discussões, nenhuma pôde deter a técnica. (DAELE *apud* HABERMAS, 2004:34).

As pessoas têm o desejo de prolongar a vida, de ter uma conduta autônoma e possuem objetivos coletivos de saúde e como a medicina fundamenta a tecnização da natureza humana com a expectativa de uma vida mais longa e mais saudável, é provável que, do ponto de vista sociológico, a aceitação social dessa submissão do corpo vivo à biotécnica não deverá diminuir no futuro (HABERMAS, 2004).

Em *Os avanços tecnológicos e o futuro da humanidade* (2009), Rose Marie Muraro afirma que dentro da engenharia genética o DGPI deixa aberta a possibilidade de existir no futuro uma “cisão” na humanidade entre os geneticamente modificados e os “não melhorados” podendo chegar ao ponto de não haver um cruzamento entre eles e surgir duas ou mais humanidades. Unido ao desejo do prolongamento da vida está outra possibilidade que poderá ser criada pela engenharia genética reunindo nanotecnologia, biologia sintética, terapia molecular e células-tronco: evitar o envelhecimento chegando perto da imortalidade biológica.

[...] quando a engenharia genética e a nanotecnologia estiverem mais avançadas e puderem se integrar mais, quem tiver dinheiro pode ter seu DNA “melhorado”, e os que não tiverem continuarão ‘não melhorados’. Assim poderemos ter duas ou mais humanidade que, com o ocorrer do tempo, podem vir a não se reproduzirem mais entre si [...] Cada vez mais provavelmente este pode vir a ser o nosso futuro, caso continue o capital/dinheiro a orientar tudo. (MURARO, 2009: 221)

## Conclusão

Há uma enorme possibilidade de em poucos anos termos um comércio de células-tronco embrionárias, uma vez que já existe um “consumo de embriões” para pesquisa – o que deixa claro a instrumentalização do corpo vivo e sua submissão à biotécnica – e não é novidade a força que o dinheiro exerce sobre as pesquisas e as novas tecnologias.

O poder do capital/dinheiro influencia nos avanços tecnológicos e científicos e tem a força de dar outros rumos a pesquisas que não pretendiam esse fim, como por exemplo, a união da nanotecnologia (ciência do infinitamente pequeno) com a robótica que já possibilitam construir microrrobôs que serão capazes de invadir o cérebro humano e extrair todo conteúdo existente. Isso seria bom para a área criminal que poderia obter “confissões” mais precisas e rápidas dos suspeitos e acusados de um crime, mas seria um risco na área política e uma forte arma na guerra.

Não que a Biotécnica seja um mau da modernidade, pelo contrário, ela é muito útil e trará, como já está acontecendo, incríveis benefícios para tratamentos que dependem de manipulações e interferências genéticas. A única ressalva é que a humanidade seja dona das transformações vindouras dessa biotecnologia e aplique à ética e a bioética durante situações que coloquem em xeque a natureza humana. Hoje a discussão sobre “o que é vida” está perdendo espaço para discussões sobre seu início e seu fim e respostas plausíveis e imediatas são esperadas a todo instante não só pelos grupos envolvidos nos embates – ciência, religião,

política – mas a sociedade em geral que tem em sua maioria o medo dos resultados desse “mundo novo” repleto de procedimentos tecnológicos, de pesquisas que instigam saber sempre mais das características genéticas dos seres humanos, que esmiúçam células embrionárias na tentativa sonhadora de alcançar a cura para tantos males irreduzíveis.

Que o nosso rumo seja a submissão do corpo vivo à Biotécnica não é algo tão terrível desde que se concirna às ressalvas já mencionadas, mas que a ciência perca a noção da direção do nosso rumo, isso é uma questão de pânico. Guardemos então os vestígios da tradição e nos apoiemos na moralidade e nos resíduos de uma transcendência que reside nas normas e agora na Biologia.

A humanidade tem que ser a controladora dos seus rumos e para isso é importante colocar os interesses econômicos sempre no campo das ressalvas e desconfianças para que não seja o dinheiro o mentor da nossa direção. Saber tratar eticamente a manipulação dos embriões é apenas um passo para esse controle. Deve-se manter proibida a clonagem humana e a produção de embriões “em escala” para pesquisas, afinal, já existem embriões excedentes demais. É preciso regulamentar duramente as instituições envolvidas nessas pesquisas e nesses tratamentos para que não sejam criadas “necessidades falsas” para liberar a criação de embriões exclusivamente para pesquisas e superar a possibilidade de uma banalização do seu uso – como utilizar células-tronco embrionárias em cosméticos, coisa já pensada, mas que seria o cúmulo da insensibilidade –, assim como uma legislação específica que preenchem as lacunas na nossa Constituição sobre a utilização desses novos entes tão caros nas atuais discussões sociais.

### Referências Bibliográficas

CESARINO, Letícia da Nóbrega. Nas fronteiras do “humano”: os debates britânico e brasileiro sobre a pesquisa com embriões. **Mana**, Rio de Janeiro, v.13, n. 2, p. 347-380, out. 2007.

DUMONT, Louis. Gênese I. Do Indivíduo-fora-do-mundo ao Indivíduo-no-mundo. In: **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. In: **Microfísica do Poder**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GALLIAN, Dante Marcello Claramonte. Por detrás do último ato da ciência-espetáculo: as células-tronco embrionárias. In: **Estudos Avançados**, v.19, n. 55, São Paulo, p. 253-260, set./dez. 2005.

HABERMAS. Jürgen. A caminho de uma eugenia liberal? A discussão em torno da autocompreensão ética da espécie. In: **O futuro da natureza humana: a caminho de uma eugenia liberal?** São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 23-101.

LOPES, Silvia Regina Pontes. **Vida humana e esfera pública**: contribuições de Hannah Arendt e de Jürgen Habermas para a questão da anencefalia fetal no Brasil. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008, 206 p.

LUNA, Naara. Natureza humana criada em laboratório: biologização e genetização do parentesco nas novas tecnologias reprodutivas. **História, Ciências, Saúde**: Manguinhos. Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 395-417, mai./ago. 2005.

\_\_\_\_\_. A personalização do embrião humano: da transcendência na biologia. **Mana**, Rio de Janeiro, v.13, n. 2, p. 411-440, jul./dez 2007a.

\_\_\_\_\_. Células-tronco: pesquisa básica em saúde, da ética à panacéia. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, Rio de Janeiro, v.11, n.23, p.587-604, set/dez 2007b.

- MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção do “eu”. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU/ EDUSP, 1974, v.1.
- MIRANDA, Erliane. Da ética à bioética: os transtornos da biotécnica. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**. PE, n. 8, mar. 2005. Disponível em: <[www.cchla.ufpb.br/caos/erlianemiranda.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/caos/erlianemiranda.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2010.
- MUHLPOINTNER, Marcos David. Células-tronco embrionárias são células humanas? Descarte de embriões – Será que Deus concorda. **Pro voice**. Vinhedo, 14 jun. 2010. Disponível em:< <http://www.provoice.com.br/artigos-diversos/mm.htm>>. Acesso 14 jun. 2010.
- MURARO, Rose Marie. **Os avanços tecnológicos e o futuro da humanidade: Querendo ser Deus?** Petrópolis: Vozes, 2009. 356p.
- PEREIRA, Lygia da Veiga. **A importância do uso das células tronco para a saúde pública**. Ciência & Saúde Coletiva, RJ, v.13, n.1, fev. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232008000100002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232008000100002&script=sci_arttext)>. Acesso em: 17 jun. 2008.
- SALEM, Tania. As novas tecnologias reprodutivas: o estatuto do embrião e a noção de pessoa. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p.75-94, abr. 1997.
- SEGRE, Marco. A propósito da utilização de células-tronco embrionárias. **Ética e Ciências da Vida. Estudos Avançados**. São Paulo, v.18, n. 51, p. 257-262, mai./ago. 2004.
- SILVA, Luiz Hildebrando Pereira da.. Sobre a clonagem de embriões: código de ética e código penal. **Estudos Avançados**. São Paulo v. 8, n. 20, p. 99-103, 1994.
- SINGER, Peter. **Ética Prática**. Trad. Jeferson Luiz Camargo. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- TUGENDHAT, Ernst. Nietzsche e o problema da transcendência imanente. **Ethic@**, Florianópolis, v.1, n.1, p. 47-62, jun. 2002.
- VELLOSO, Alda. Não à descriminalização do aborto. **Mensageiro da Paz**. Órgão oficial das Assembléias de Deus no Brasil, Ano 77, n. 1.466, p. 16, jul. 2007.
- ZATZ, M. Células-Tronco: Conceitos e Linguagem. **Projeto Ghente**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ghente.org>>. Acesso em 06 mai. 2010.